

Revolução e Tradição

Vivemos em uma época excepcionalmente difícil e complexa. Os erros acumulados de 4 séculos, desde o Renascimento, passando pela Reforma Protestante, Revolução Francêsa e Revolução Bolchevista de 1917, confluíram todos em uma vasta síntese de ruínas e devastações, agravando uma crise política, social e econômica das mais vastas proporções.

O nosso século foi castigado duramente por duas guerras mundiais. Viu ser interrompido o precário equilíbrio oriundo do romantismo político do século XIX. E este, se não merece o epíteto de Léon Daudet, de século da estupidez, por ter sido realmente grande o progresso científico, nem por isso escapa, de todo, a essa definição, se nos restringirmos ao plano político e social. Foi a época em que a máquina esmagou o homem, em que o urbanismo se acentuou e onde a miséria física e moral chegou a um plano desconhecido mesmo nas piores fases da escravidão.

No setor político, o pensamento, fortemente, imbuido de um individualismo malsão, esqueceu a sociedade, os grupos e as nações. Libertou todos os instintos e todas as fantasias. Daí se origina o totalitarismo como corretivo brutal a tantos desatinos.

No torvelinho dos ódios, paixões, sistemas e teorias das mais variadas origens e espécies, resultou a famosa revolução cultural, com a estulta pretensão de desprezar todo o passado, toda a transmissão de cultura, negando tudo o que já se fez. E construir uma nova ordem, fazendo tábua rasa de todos os valores vigentes.

Procuraremos fixar, com o nosso apoucado mérito, aspectos gerais do tema "Revolução e Tradição", em seus aspectos filosóficos, históricos, religiosos e culturais, numa tentativa de desenvolver alguns aspectos desta grande crise que atravessa o mundo.

II — FASES DE UMA REVOLUÇÃO

A Revolução é um dos temas mais empolgantes que o historiador ou o sociólogo pode defrontar. Apresenta causas das mais diversas procedências, antigas e próximas. Talvez seja o fato histórico onde mais se vislumbra a gama infinita das paixões humanas e caráter de um povo.

O Sr. Tristão de Ataíde, ao tempo em que ainda conservava a sua serenidade e a sua aguda penetração crítica, observou que as revoluções mostravam, ao vivo, o caráter de um povo. E citava estes curiosos exemplos: caráter prático na Inglaterra, aspecto demagógico na França, onde o povo facilmente se contagia com palavras e frases, tonalidade massiva e brutal na Rússia.

Este é um julgamento valioso e profundo que podemos aceitar.

Em outro sentido, e remontando à suas origens, podemos classificar as Revoluções em três grandes fases: a filosófica, a política e a revolucionária, propriamente dita.

No 1.º estágio, a Revolução espalha idéias e doutrinas que abalam a ordem social vigente. É a sua parte intelectual, como se pode exempli-

(Palestra proferida por Luiz Barros na sede do Instituto do Ceará, em Fortaleza, no dia 20 de Julho de 1971).

ficar com o Enciclopedismo, em relação à Revolução Francesa. Procura-se desmoralizar, ao máximo, o passado, o princípio de autoridade, o regime vigente. É aqui onde surge a fase dos panfletos e dos discursos. Oradores populares devem reduzir a troco miúdo os princípios e teorias de mais difícil compreensão para as massas incultas. O caso de Hitler, no advento do nazismo, é por demais expressivo, a este respeito. O orador tem mais receptividade que o escritor, embora a sua influência no mundo do futuro seja bem mais restrita, curiosa observação de Hitler, que é, surpreendentemente, exata. Nesta fase procura-se demolir, fazer promessas, explorar erros cometidos, agravar problemas que existem, desviar o poder público de decisões acertadas e oportunas. Comprometer o governo, ao máximo. Empurrá-lo para o caos...

Já se viu muito disso. Os comunistas russos, por exemplo, combateram, ao máximo, a reforma agrária do ministro czarista Pedro Arkadievitch Stolipin, que objetivava criar uma classe média de camponeses, na Rússia. E, no nosso Brasil, a propaganda republicana precipitou a abolição dos escravos, porque não queria receber ou resolver tão delicado problema. Conseguido este objetivo pela exploração do sentimentalismo da Princesa Isabel, impugnam, fortemente, a indenização dos proprietários. Obtida essa 2.^a etapa foi fácil o 15 de Novembro de 1889, porque tudo estava abalado e toda uma ordem econômica ruiu a 13 de Maio de 1888, acarretando um prejuízo à economia privada de cerca de 1 milhão de contos, não se fazendo nesse cômputo qualquer correção monetária...

A fase política da Revolução é a tomada do poder. Geralmente se faz por golpes armados. Difícilmente por via de uma eleição.

Começa aqui um período difícil e penoso. A vitória de um princípio acarreta uma série de medidas do governo novo, que vai traduzir em fatos os princípios e normas que eram preconizados quando se estava em oposição a uma dada ordem de cousas. O processo revolucionário se acelera e os fatos se precipitam com vertiginosa rapidez. Antigos revolucionários são alijados, na melhor hipótese, quando não eliminados, implacavelmente, a pretexto de moderação e traição aos princípios.

O Terror da Revolução Francesa, acusa, com impressionante nitidez, uma destas fases, podendo-se tomar como seu início a execução do infeliz Luiz XVI. A Revolução Inglesa de Cromwell quando começa a ditadura puritana. Na Rússia, os governos de Lenine e Stalin. Milhares de vidas são sacrificadas. Os que são julgados culpados e os suspeitos formam uma incontável legião. O período da chamada consolidação da república, no Brasil, no governo do Marechal Floriano Peixoto, apresenta também todas estas características sendo incontáveis as prisões, deportações e fusilamentos.

As revoluções do tipo universal como a Reforma Protestante, Revolução Francesa e Revolução Russa, quando começam a se universalizar, chegam à fase propriamente revolucionária. Como um incêndio precisam se propagar por toda a parte. Toda a revolução morre na defensiva.

As guerras da Revolução Francesa e as de Napoleão Bonaparte situam bem essa 3.^a fase da revolução, a sua etapa final.

Essa projeção internacional da revolução, corresponde, no país, onde ocorre a um recuo no radicalismo, na demagogia desenfreada. Como já foi dito, trata-se aqui de reduzir a normas do governo a princípios de administração pública e de direito as teorias revolucionárias que podem ser aproveitadas. A codificação napoleônica é um destes fatos.

Feita esta breve resenha da marcha de uma revolução, em traços gerais, cumpre agora assinalar um de seus fatos mais característicos: a sua ilógica, que, por sua natureza e transcendência merece um estudo todo especial. É a sua explicação, o conhecimento de sua evolução, a análise do seu triunfo, a visão dos obscuros conhecimentos que assinalam o desentendimento entre seus líderes e a sucessão vertiginosa de grupos no poder, o seu banho de sangue, o seu recuo e a sua sistematização.

III — A ILÓGICA DAS REVOLUÇÕES

Já se afirmou mais de uma vez que é frequente se observar que as revoluções começam com um objetivo e terminam sempre enveredando por outros, muitas vezes, contrários aos que foram apregoados na sua fase de propaganda.

O fenômeno é desconcertante, mas é real.

Cromwell, a pretexto de defender o parlamento inglês contra o absolutismo de Carlos I, toma parte em uma revolução. Quando vence, fecha o parlamento e se proclama ditador da Inglaterra, praticando atos que Carlos I nunca fez.

Em 1789 ocorre a Revolução Francesa com o pretexto de implantar um regime constitucional. Depois de uma sucessão sangrenta de fatos, vê-se Napoleão Bonaparte criar um regime despótico, que muito deixou a perder de vista as arbitrariedades do infeliz Luiz XVI e de todos os seus antecessores. Para mim é incontroverso que a estrutura do regime napoleônico é o suporte de todos os regimes totalitários de nossos dias. Se fizermos, de fato, um estudo aprofundado do assunto, temos que chegar a tal conclusão.

O mesmo se verifica na Rússia com os governos de Lenine e de Stalin, sendo ambos apoiados, com exatidão, pelo nome de czares vermelhos...

Diversas explicações foram tentadas para elucidar essa contradição.

A mais simplista delas e a mais repetida é que os chefes revolucionários *traíram* os princípios da Revolução. Valeram-se do poder que conseguiram obter, sabe Deus como, para impor um governo pessoal, satisfazer sua ambição, egoísmo, vaidade e megalomania.

Outros estudiosos mais avisados e realistas observam que os períodos de anarquia são seguidos, necessariamente, por uma tirania, apresentando os exemplos clássicos de Cromwell, Napoleão e Lenine.

Esta explicação já é bem mais satisfatória que a primeira. Tem conteúdo real e conclui que o período final de uma revolução desemboca em uma ditadura, áspera e brutal, proporcional à onda de anarquia, desagregação e demagogia que se desencadeou em todo o período revolucionário.

O Sr. Plínio Salgado no seu livro "A Psicologia da Revolução" afirma, em síntese, que não condena nem louva as revoluções. Aceita-as como fatos sociais. Reputo tal explicação elástica demais. E que tanto serve para a Revolução Francesa como para a Revolução Bolchevista. Tanto pode justificar a revolução de 31 de Março de 1964 que livrou o Brasil do demagogismo desenfreado de um governo irresponsável, como a famosa revolução cultural chinesa, que tudo quer aniquilar e revolver, para depois construir uma nova humanidade.

O ilustre escritor português Carlos Malheiros Dias receia muito as soluções revolucionárias nestes candentes termos: "Como os exércitos,

os povos sem organização e sem chefes, onde sejam os soldados a mandar, esboroam-se na luta. Não há nada menos democrático que a Revolução. A Revolução é a tirania voltada ao avesso". (1)

Há incontáveis opiniões, sistema e doutrinas pró e contra as revoluções.

De todas uma das que me parece mais aguda e penetrante foi formulada pelo ilustre escritor Barbosa Lima Sobrinho no seu notável livro "A verdade sobre a revolução de Outubro".

Afirma o grande intelectual que uma revolução tem causas aparentes e causas reais. As aparentes constituem os pretextos explanados pela propaganda: liberdade, justiça, extinção de privilégios, melhor distribuição de recursos. As reais são mais difíceis de perceber e se entroncam nas necessidades profundas de um país, na sua geografia, nas diretrizes de sua política interna e externa. Pela sua complexidade não podem chegar ao alcance das massas incultas. Mas são as que prevalecem, a final, no decurso do processo revolucionário, eliminando, implacavelmente, todos os que nela ingressaram movidos por pretextos sentimentais de uma fácil propaganda. Aí, então, tudo se promete, tudo é apontado como fácil de obter. Baralha-se tudo a favor de uma ideologia miraculosa e redentora, que ainda não teve ocasião de defrontar os duros e rudes problemas da realidade administrativa, social e econômica.

Em abono de sua tese cita o Sr. Barbosa Lima Sobrinho o caso do fascismo. Antes de vencer, Mussolini prometia a proclamação da república, a abolição dos títulos de nobreza, completa liberdade de crença, de imprensa, de associação. Tudo o que o fascismo não fez, conclui ironicamente. Mas pondera que Mussolini não traiu a revolução. O que fez foi criar um estado forte num país arrebetado, procurando tornar a Itália uma potência mundial. O que não era possível se persistisse no seu programa primitivo de agitar as massas sob pretextos mais ou menos compreensíveis, mas que não consultavam à realidade do país.

No Brasil a revolução de 3 de Outubro de 1930 teve como um de seus pretextos o combate à prepotência do Presidente da República, que indicava o seu sucessor e era vitorioso em todos os pleitos eleitorais. Mas sua causa real era os excessos estadualistas da república de 1889. Os governadores de estado, de fato, agiam como verdadeiros donatários. E foi de uma revolução dos governadores de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul que partiu um processo que ia acabar com o seu poderio e prepotência, reforçando-se a unidade nacional tão comprometida pela política dos governadores, inequivocamente, um dos grandes erros do presidente Campos Sales.

Tenho para mim que a fase de propaganda de um novo sistema guarda impressionante semelhança com os idílios amorosos antes de um casamento. Num caso e noutro tudo se promete, tudo se aceita, tudo é julgado fácil e cômodo. Depois vem a realidade, o desencanto e, muitas vezes, um tardio arrependimento.

Dá Agripino Grieco afirmar com a sua costumeira e águda ironia, em uma célebre conferência na Semana Euclideana: "Como a República era boa no Brasil... no tempo do Império"...

Para formar correntes de opiniões fortes e extremamente agitadas, aptas a enfrentar a eventualidade de uma luta armada, a propaganda revolucionária mobiliza todos os recursos. Aceita todas as adesões. Visa-se, antes de tudo, fazer uma frente única contra o governo estabelecido, na revolução de 3 de Outubro de 1930 colaboraram, como se sabe,

ex-presidentes de república, como Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, que tinham reagido, violentamente, contra movimentos revolucionários. Políticos encanecidos na arte de esmagar adversários políticos, quando estavam no poder, como Borges de Medeiros e Antônio Carlos. Autênticos caudilhos como João Francisco. Revolucionários de longa data como João Alberto, Juarez Távora, Isidoro Lopes e Miguel Costa que tinham lutado contra os governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. O próprio chefe da revolução, Getúlio Vargas fora Ministro da Fazenda do presidente Washington Luiz, do mesmo modo que o Marechal Floriano Peixoto tinha sido Ajudante Geral do Exército no gabinete do Visconde de Ouro Preto, o último da monarquia...

Pode-se dizer afoitamente que é dessas uniões, sempre híbridas, que resultam o germen fatal de futuras discordias e desentendimentos, por vezes, sangrentos.

Henry Ford no seu notável e discutido livro "O Judeu Internacional" afirma que revolucionário contumaz será sempre republicano em uma monarquia, socialista em uma república e comunista em uma república socialista.

O revolucionário radical tem um ódio incontido por todo o passado e por toda a tradição. Poreja ódio e sangue. Deseja o extermínio de todos os seus adversários. É um perfeito nevro-pata, como se pode exemplificar, entre outros, no Brasil, com o grande escritor Raul Pompéia e, em ponto menor, com Lúcio de Mendonça.

Tudo quer derrubar. Intenta reformar o mundo a golpes de decreto. Mas o direito que preconizam não tem nenhum assento em fatos sociais. Estes versos de Lúcio de Mendonça ilustram, perfeitamente, todos os conceitos acima emitidos:

"O trôno, campo que o passado encerra
A estrada do progresso toma o leito
O povo quer seguir, deita-se por terra
Pereça a tradição! Viva o direito! (2)

Também é sedento de sangue e de vingança. A sua exaltação mórbida é persistente, contínua, invariável. Só vive bem em uma atmosfera de ódios e exaltações. Pratica a política do silogismo. Diz sempre a mesma cousa, repete sempre o que diz, tem alarmante pobreza de idéias. Despreza os fatos pelas teorias *a priori* concebidas. A complexa realidade política, social e econômica não o interessa, de modo nenhum. Anceia por mortes, assaltos, saques, agitações, barulho, luta e depredações. Culpa de tudo o governo, seja rei ou presidente de república o detentor supremo da autoridade pública. Mais uma vez a demagogia congênita de Lúcio de Mendonça nos fornece precioso subsídio, nestes versos:

"Contra o salteador que nos agride,
A reação mortal é permitida
Todo o rei é ladrão que reincide
Consequência; não tem direito à vida" (3).

Os frustados atentados contra D. Pedro II, em Julho de 1889 e o presidente Prudente Moraes, em 1897, traduzem em fatos essa singular teoria da eliminação pessoal dos chefes de estado como corretivo dos reais ou supostos erros cometidos nos seu governos.

É natural, pois que agremiando idealistas, fanáticos, dissidentes, transfugas, adesistas, aproveitadores e descontentes de todos os matizes,

as revoluções encerrem no seu próprio bôjo elementos futuros de discordias e de graves desentendimentos. E a habitual censura de traição aos seus princípios.

Joaquim Nabuco observa, com a sua clarividência de sempre, que 'a fatalidade das revoluções consiste em que sem os exaltados elas não se fazem e que com eles não é possível governar'. É isso o que explica a eliminação implacável dos revolucionários pela própria Revolução, como dão inumeros exemplos as revoluções de Cromwell, Francesa e Bolchevista, além de muitas outras de menor porte.

Já se comparou as Revoluções ao Saturno da fabula grega. Devoram os seus próprios filhos. E depois de uma orgia de sangue se precipitam em ditaduras que, a ferro e a fogo, implantam uma ordem, qualquer que ela seja, para salvar a sociedade da anarquia e de uma total desagregação.

Tem sido este o destino de todas as Revoluções.

IV — AS REVOLUÇÕES BRASILEIRAS

Tive uma sensação de profunda tristeza e amargura no momento em que encerrei a leitura do livro "História das Revoluções Brasileiras" de autoria do Sr. Glauco Carneiro. Este trabalho é bem feito e documentado. Faz uma síntese rápida de todas as revoluções ocorridas no Brasil depois da proclamação da República. Chega até ao movimento de 31 de Março de 1964, sobre o qual fornece muitos documentos e esclarecimentos.

Vi, na maioria desses movimentos, completa ausência de um pensamento político definido, programas incongruentes, pretextos mal expostos, desordem de idéias, ausência de planos previamente estabelecidos, equívocos tremendos e, sobretudo, a crença absurda de que é o personalismo a mola real da vida política. Julgou-se sempre, um tanto simploriamente, que era a simples figura de um homem o responsável principal pelos erros e desacertos que tanto atormentam o nosso Brasil.

É incrível se dizer, por exemplo, que ao tempo do Presidente Rodrigues Alves, houve uma revolta que tomou como pretexto acabar com a vacina obrigatória.

Em 1922, tentou-se impedir a posse do presidente eleito Artur Bernardes, invocando-se uma famosa carta forjada por aventureiros e escroques. Mas que foi suficiente para emocionar toda a nação e precipitar uma série de movimentos revolucionários, que desembocariam na sedição de 3 de Outubro de 1930.

Como síntese do livro do Sr. Glauco Carneiro vi, que, segundo a dura e incisiva conclusão de Oliveira Viana, a nossa política partidária é de fato, selvagem e primitiva.

Mas, o pior de tudo é que tais movimentos fizeram correr torrentes de sangue brasileiro. Custaram milhões de contos ao Tesouro Nacional. Concorreram para agravar todos os nossos problemas, sem resultados apreciáveis, a não ser em algumas raras exceções.

O Brasil sofre. Mas sua elite política, ou que, pelo menos, se apresenta como tal ainda não conseguiu formular um diagnóstico seguro de nossos males e, portanto, dirigir seus esforços para uma terapêutica adequada e necessária.

A independência foi, de fato, um movimento de auto-defesa de direitos ameaçados por uma política inepta e realmente reacionária das Cortes de Lisboa, de 1820.

A revolução de 1930, para mim, foi a mais simpática de todas ocorridas no período republicano. E para isso me firmo em dois pontos es-

senciais; não começou na capital do país e teve uma preparação ideológica maior do que as outras, com ativa participação dos elementos civis.

A de 31 de Março de 1964 foi a mais útil e oportuna. O Brasil apresentando notável semelhança com a Espanha no governo do Sr. Manuel Azana, precipitava-se para o caos. Explodiam greves sob os mais rúteis pretextos. A agitação, patrocinada pelo próprio governo, atingia quartéis, universidades, fábricas, portos, campos, seguro prenúncio de graves acontecimentos. Um governo vacilante, fraco e declaradamente inepto para dirigir os destinos do país, se limitava a ser empurrada pelos acontecimentos e a fazer coro com demagogos e revolucionários de todos os matizes. Impingia-se tudo isso como um vasto movimento popular de massas espoliadas. A vitória fulminante da revolução destruiu tudo isso, pois não se registrou, em parte alguma, nenhuma reação popular contra os militares que puzeram termo a tal agitação, num dos períodos mais nefastos que a história registra no decurso de toda a nossa agitada vida política.

Apesar de muitos precalços é, todavia, confortador se verificar que o Brasil trabalhado por tantas forças negativas, desde 1822, sempre soube reagir contra erros e desmandos que comprometiam o seu destino. Durante três vezes houve reação contra o demagogismo desentreado, que, de posse do poder, revelou singular inaptidão para o árduo manejo da administração pública.

O 1.º fato dessa natureza ocorreu no governo do Padre Feijó, regente do Império de 1835 a 1837. O Brasil se debatia com revoluções de toda a espécie. A abdicação de D. Pedro I, no expressivo conceito de Gustavo Barroso, custou rios de sangue e de dinheiro. E, tal como o Sr. João Goulart, o padre-regente fomentou a anarquia latente, agindo, desastrosamente, no Rio Grande do Sul. Não contente com isso abriu uma questão religiosa, preconizando, a princípio, que o Parlamento Nacional decretasse a abolição do celibato do clero. O extravagante projeto foi combatido, vivamente, por Monsenhor Luiz Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca, Bernardo Pereira de Vasconcelos, D. Romualdo de Seixas, Marquês de Santa Cruz e Arcebispo Primaz do Brasil, e afinal caiu. Mas o Padre Feijó volta, novamente, à luta. Indica para bispo da cidade do Rio de Janeiro um sacerdote de vida irregular. O Papa nega-se a fazer a nomeação. Surge o conflito. Feijó ameaça criar a Igreja Brasileira. A reação aos desmandos do governo se fortalece com tudo isso. E Feijó renuncia, para bem de todos e felicidade geral da nação. . .

Nessa breve resenha se verifica que ao Padre Feijó se pode atribuir, com toda a justiça, o título de precursor, no Brasil, da Igreja Progressista de nossos dias. Quando vemos sacerdotes e freiras deixarem hábitos e batinas para casar, sofregamente, quando verificamos que se quer reduzir a zero a autoridade do Papa, vislumbra-se a sombra do Padre Feijó atuando sobre o espírito de todos os seus aproveitados discípulos. E "o furor casamenteiro do Padre Feijó", na admirável expressão de D. Romualdo Seixas, assume, hoje, proporções alarmantes, no Brasil, e, em todos os países do universo. . .

Na presidência interina da República, em 1897, de Manoel Vitorino Pereira, mais uma vez os subversivos chegam ao poder. Intentam depor o presidente Prudente de Moraes. Fazem violenta derrubada na administração pública. Intensificam a agitação das ruas, que toma feições alarmantes. Assassina-se, brutalmente, o Coronel Gentil de Castro, líder monarquista, acusando-o de cumplicidade com Antônio Conselheiro,

depois de se ter saqueado a sua residência, numa demonstração patente do que se pretendia fazer no futuro: um regime de violências e de espoliações. Prudente Moraes assume, inesperadamente, o poder e reage. Trama-se o ignobil atentado de 5 de Novembro de 1897, no Arsenal da Marinha, onde morre defendendo o chefe da nação o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bitencourt. A reação legal é fulminante. Acaba-se com a demagogia e terrorismo daquele tempo, dignos predecessores do brutal terrorismo de nossos dias.

No governo do Sr. João Goulart, os terroristas, pela 3.^a vez se guindam ao poder. Mas, tal como no tempo do Padre Feijó e de Manuel Vitorino Pereira, botam tudo a perder por sua precipitação e inabilidade. Criam descontentes em toda a parte. Mostram depressa demais o perigoso jogo que querem fazer. E, pela 3.^a vez, são alijados do poder, revelando falta de sorte, é certo, mas também singular inaptidão para dirigir os destinos do país...

V — O CONCEITO DE TRADIÇÃO

Em sentido amplo, pode-se considerar as revoluções como uma ruptura violenta com o passado. Como a instauração de uma nova ordem de cousas sobre as ruínas de uma anterior. Defrontam-se, pois, com um propósito de destruir para depois reconstruir, qualquer que seja a ideologia política que se preconise.

Em tésé, o revolucionário é o adversário nato do tradicionalista.

A razão de tal divergência resulta de um imenso equívoco.

Há palavras que se prestam a todos os sentidos: liberdade, progresso, desenvolvimento, democracia, socialismo e revolução são as mais comuns e as de mais difícil definição.

Para a maioria das pessoas ser tradicionalista é negar, sistematicamente, toda a transformação, toda mudança, toda e qualquer reforma.

O mesmo ocorre com o significado do termo tradição.

Tradição é sinônimo forçado de imobilismo, de *statu quo*, de emperramento. O tradicionalista autêntico, no dizer de tais pessoas, é o indivíduo que despreza e rejeita todas as comodidades e é refratário a qualquer inovação.

Nada mais errôneo e absurdo que expender tais idéias..

Certa feita um de nossos ilustres contrades estranhou, vivamente, que eu tido e havido como fervoroso tradicionalista, fosse partidário decidido da mudança da capital do país para o interior, tendo escrito diversos artigos a respeito. Não podia entender a minha atitude, que lhe parecia uma singular contradição.

Não me foi difícil comprovar que a ocupação do interior do Brasil era uma das mais autênticas tradições nacionais, como se provara com o movimento das entradas e bandeiras. A interiorização da capital do país era apenas uma *fórmula nova do antigo bandeirismo*, que delimitou novas fronteiras e ocupou vasta porção do hinterland brasileiro.

Ora, tradição não é só o culto sentimental de um passado extinto. Consiste também em transmissão de cultura e de experiência, sem a qual não é possível haver nenhum progresso, no conceito usual do pensamento mais científico que se possa imaginar.

Duas citações notáveis do grande escritor português Antônio Sardinha definem claramente o assunto e elucidam todas as dúvidas e confusões que possam haver a respeito. A primeira delas diz: "A Tradição não é um ponto imóvel no passado. E' antes uma continuidade interminável, renovando-se sempre". (4).

E a outra tem o seguinte conteúdo: "Para nós a tradição não é somente o passado. E' antes a *permanência no desenvolvimento*. Sendo

assim — e não é outra a base filosófica das doutrinas tradicionalistas — as instituições dum povo não podem nunca considerar-se como um ato de exclusiva vontade pessoal ou como a imposição deliberada de um grupo maior ou menor de indivíduos. A sociedade é uma *criação*, não é uma *construção* — não é um mecanismo. Porque é uma criação, a sua existência é condicionada por certas leis naturais de cuja ação convergente um dia resultou. Ora, por *tradição* nós temos que necessariamente entender o conjunto de hábitos e tendências que procuram manter a sociedade no equilíbrio, as funções que lhe deram origem e pelo respeito das quais continuam durando”. (5).

Para se desmentir o suposto conflito entre tradição e progresso basta que se cite o exemplo clássico da Inglaterra. Por muito tempo, foi a primeira potência do mundo, conservando seu povo um espírito tradicionalista acentuado, mas aceitando reformas, descobertas, invenções, de toda a ordem. O mesmo se pode dizer do povo japonês.

Os países da América, outróra mÉRas coloniais de povoamento, não podem ter a estratificação social e nem as tradições multiseculares das grandes nações da Europa e da velha Ásia. Mas, ainda assim, apresentam um acervo que urge conservar e desenvolver, a despeito de grandes perigos internos e externos.

Os perigos externos mais evidentes são a exploração econômica, o cosmopolitismo dissolvente e o revolucionarismo, fatores esses já compreendidos por Gustavo Barroso como repercussões negativas do movimento de 15 de Novembro de 1889 na vida brasileira.

Entre os perigos internos, a meu ver mais graves que os outros, avultam o sub-desenvolvimento e a anarquia social e econômica, sendo que dessa última a anarquia política e administrativa é um mÉro reflexo.

Desse modo devemos combater, resolutamente, tudo que agrave essa desorganização social como o divórcio, a corrupção dos costumes, a artificialização de vida nos grandes centros urbanos, o espírito malsão que superpõe ao interesse pessoal o interesse da comunidade.

Eduardo Prado, que era fervoroso tradicionalista, opinava, de modo categórico: “A ordem é a condição imperiosa da beleza, porque ela também se chama harmonia e é a própria beleza”. E adiante acrescentava: ‘Schopenhauer sustenta que sem o conhecimento do passado, o homem não sairia da pura animalidade, e que a história está para a espécie como a razão está para o indivíduo”. (6).

Mais uma vez repito que, querer deduzir de tais citações que o passado deve continuar, de modo inalterável, é um grande erro.

Entre muitos exemplos pode-se citar o do próprio Eduardo Prado que se insurgiu contra o epicurismo grosseiro da sociedade burguesa do seu tempo, preconizando melhorias para as classes menos favorecidas. O Visconde de Taunay clamou por uma legislação trabalhista, em 1890, época das aventuras financeiras do Governo Provisório. O Conselheiro Andrade Figueira, em 1900, dizia que os erros dos governos do Brasil conduziam o povo ao pauperismo e que era de receiar a vitória do comunismo em nossa terra.

E creio que isto basta, para não me alongar demais.

Mas, afinal de contas, ainda se poderá objetar que citei apenas escritores católicos, tradicionalistas, comprometidos com movimentos políticos de direita, como Antônio Sardinha, Eduardo Prado, Visconde de Taunay e Andrade Figueira.

Prevenido tal objeção, vos citarei agora o exemplo de um grande poeta brasileiro. Epicurista e sensual na sua bulhenta mocidade, o ára-

ma da 1.^a guerra mundial repercutiu, dolorosamente, em sua alma e fê-lo sentir a inanidade do materialismo e aproximou-o do espiritualismo. Planeou, já no outono de sua vida gloriosa, um vasto movimento de defesa das tradições nacionais, do culto à bandeira, do serviço militar obrigatório, em vez de decantar só a beleza física da mulher e as ilusões do amor e da vida sensual.

Duvido muito que a perspicácia e ilustração dos meus ilustres confrades demore em perceber que me refiro a Olavo Bilac.

Pois, bem, é o grande poeta de "O Caçador das Esmeraldas" e não um direitista quem nos envia o seguinte programa de cultura e filosofia, vasado nestes elevados termos: "Não sei bem o que é novo em face deste velho planeta, onde há mais de dez mil anos, já havia a mesma agitação e o mesmo tumultuar d'esta mesma humanidade. Mas um dos maiores perigos da ambição humana é justamente essa ância exagerada de novidades, com o esquecimento das velhas cousas já sabidas, que são o patrimônio da espécie, acumulado de século em século. NÃO PODE AMAR O PROGRESSO QUEM NÃO AMA A TRADIÇÃO. E só há um meio de glorificar a humanidade: é lembrar a todo o momento o que ela foi e recordar as incontáveis estações de trabalho que ela percorreu". (7).

VI — A GRANDE AMEAÇA

O momento que ora vivemos é muito mais grave do que aquele período tormentoso da 1.^a guerra mundial, que destruiu o mundo fictício do século XIX e que despertou a alma de Olavo Bilac e de tantos outros espíritos elevados para as superiores culminâncias dos valores espirituais e nacionalistas, tão esquecidos e postergados outrora.

O mundo moderno vive sob o signo fatal da instabilidade, confessava, tristemente, o ilustre historiador Cesar Cantu.

Nesta difícil época, quando se fala em revolução, não se tem em vista tão somente mudar um governo qualquer, ou se objetivar uma melhor distribuição de bens para as classes menos favorecidas.

O fim visado se situa muito além desse alvo.

Trata-se, deliberadamente, de tudo destruir e arrastar. Outro não é o fim do terrorismo, que, continuando, no Brasil, a obra de Feijó e Manoel Vitoriano Pereira, teve, em nossos dias, uma expressão adequada no governo ou desgoverno do Sr. João Goulart...

Preconisa-se, com a máxima das audácias, e até com aprovação e sanção de altas autoridades eclesiásticas, que não mais é necessária a confissão, que o sacerdote deve ser um guerrilheiro e não um ministro da paz, que a Igreja Católica deve seguir a orientação do mundo e não guiá-lo. O celibato clerical é tido como impossível de ser praticado. O pecado não existe mais e resulta de uma ação do inconciente. Não há diferença entre catolicismo e protestantismo. A Igreja deve se preocupar só com problemas econômicos. Não falta mesmo quem defenda a experiência pré-matrimonial, o divórcio, o amor livre e até os atentados mais horrorosos contra a natureza, que não são praticados, nem mesmo pelos animais irracionais...

Glorifica-se Lutero. Já aparece quem defenda a canonização do P adre Cícero, medida que para ser completa deveria incluir nesse novo agiologío o nome de Antônio Conselheiro e de outros mais.

Assoalha-se, por toda a parte, que a Igreja Católica esteve totalmente errada até o Concílio Vaticano II, fase em que "era simbolista, triunfalista e monárquica", e não apostólica.

Nesta ex-Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção a elite apodrece no sensualismo mais abjecto. A classe média se protestantisa e a massa popular envereda pela macumba. O 15 de Agosto deixa de ser o dia de Nossa Senhora para ser o dia de Iemanjá. E enquanto isso ocorre, diversos sacerdotes católicos se casam ou promovem manifestações contra o governo...

A sociedade brasileira, trabalhada por tantos fatores negativos, assiste estarrecida a ação brutal do terrorismo, promovendo assaltos, assassinatos, atentados, ataques, roubos e depredações, que só, esporadicamente, ocorreram em algumas fases do nosso passado.

Vivemos, pois, um período caracteristicamente revolucionário.

Urge reagir e lutar contra tantos desmandos, defendendo a tradição brasileira sempre católica e nacionalista.

Essa tradição não é a absurda, incongruente e perigosa teoria da acomodação, da transigência, do adesismo, da não resistência a todo o transe, da completa abstinência de luta e de definições.

Formulamos alguns exemplos.

A nossa tradição é a das mulheres de Tejuco-papo, na guerra holandêsa, defendendo de armas na mão, sua honra, seus lares e suas crenças, e derrotando as aguerridas hostes do Almirante Lichtard. E não a de certas graciosas senhorinhas de hoje, que se despem nas praias e nas vias públicas e que se prostituem nas buates e nos acanhados "programas"... É a atitude nacionalista de D. Leopoldina, brasileira de espírito e de coração, lutando pela nossa independência, e a Princesa Isabel perdendo um trono para redimir uma raça. Sintetiza-se na vida modesta de D. Tereza Cristina alheia da política mas espalhando o bem e a caridade por toda a parte.. Representa-se em Ana Neri tratando dos doentes e feridos na guerra do Paraguai, e na obscura Florisbela tomando canhões paraguais em Pequiciri, e em Maria Quitéria lutando pela nossa independência, na Bahia. Outro exemplo frisante é o de uma humilde filha de Pacatuba, como narra Gustavo Barroso, rejeitando o noivo que desertara da luta nos campos do Paraguai. Além de inúmeros outros fatos dignificantes da mulher brasileira, heróica e virtuosa.

Essa legítima tradição é a catequese de Anchieta e Nóbrega. O heroísmo dos que defenderam a nossa terra contra a cobiça de franceses, ingleses, e holandeses, epopéia em que refulgem os nomes de Estácio de Sá, Felipe Camarão, Henrique Dias, João Fernandes Vieira, D. Clara Camarão, Bagnuolo, Sebastião Souto, André Vidal de Negreiros e tantos outros. O espírito de sacrifício de Tiradentes. A lealdade nunca desmentida de Caxias. A resistência aos abusos do poder de D. Vital e D. Macêdo Costa. A bravura dos nossos pracinhas nos campos da Itália, durante a 2.^a guerra mundial.

Trabalhemos pelo progresso econômico e cultural do país e pela solução racional dos grandes problemas. Aprendamos a lição de Cairú e do Padre Luiz Gonçalves dos Santos, na época da independência, lutando contra a recolonização e a demagogia liberal. Que Evaristo da Veiga seja o patrono da imprensa brasileira, séria, doutrinária e grave, defendendo a legalidade da Regência, numa época algo semelhante à nossa. Tavares Bastos é o percursos da reforma administrativa brasileira, ainda incompleta hoje. E pelo tempo afora refulgem o tradicionalismo fecundo de Sílvio Romero, Franklin Távora, Gustavo Barroso e do grande e injustamente esquecido Alexandre José de Melo Moraes Filho. O pensamento político de Braz Florentino. O nacionalismo de Olavo Bilac e Eduardo Prado. O sertanismo de Couto de Magalhães

Afonso Arinos e de Euclides da Cunha. A combatividade do Visconde de Ouro Preto, Carlos de Laet, e Andrade Figueira. O espírito crítico de D. Luiz de Bragança. A sociologia de Alberto Torres e de Oliveira Viana. A pregação religiosa de Padre Júlio Maria. A reação de Jackson de Figueiredo. A filosofia de Farias Brito e de Padre Leonel Franca.

Quaisquer que sejam os precalços do futuro, o Instituto do Ceará, "o mais alto tribunal de cultura e de moralidade do nosso Estado", na expressão lapidar do nosso saudoso conterrâneo Álvaro Costa, há de sempre cumprir o seu programa que é: defesa da tradição, difusão da cultura e progresso do Ceará e do Brasil!

Tenho dito !

Luiz Barros

Índice de citações.

- (1) — Carlos Malheiros Dias, Prefácio ao livro "Jardim de Trutas" de Aquilino Ribeiro, Livraria Aillard e Bertrand, Lisboa, 1923, pág. XVIII.
- (2) — "Ad usum Principes", versos de Lúcio de Mendonça, transcritos no livro "O Patriarca e o Bacharel", de Luiz Martins.
- (3) — Lúcio de Mendonça, obra e local citados.
- (4) — Antônio Sardinha, "Ao ritmo da ampulheta", Empresa Industrial Editôra, Pôrto, 1925, pág. 98.
- (5) — Antônio Sardinha, "Na Feira dos Mitos", 2.^a edição, 1942, Edição Gama, Pôrto, págs. 11 e 12.
- (6) — Eduardo Prado, Coletâneas, 1.^o tomo, pás. 127 e 128.
- (7) — Olavo Bilac, Conferências Literárias, 2.^a edição, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1930, pág. 151.